

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 1.847/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Elétrico e Decoração Temática para o Natal Iluminado 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Ampla Concorrência						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29835069 610258	ÁRVORE DECORATIVA TIPO CEREJEIRA com altura mínima de 5 metros e máxima de 5,5 metros, produzida em policloreto de vinila (PVC), adequada para uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP65), bivolt. A estrutura possui iluminação composta por no mínimo 8.000 a 8.500 LEDs, entre LEDs fixos e estroboscópios, com sistema RGB que permite mudança de cores para criar efeitos visuais dinâmicos. Equipado com dispositivo de memória de cor, possibilitando a configuração e ajuste das cores desejadas para efeitos personalizados.	3	UN	28.238,03	84.714,09
TOTAL						84.714,09
Exclusiva ME/EPP						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
2	29835066 610258	ÁRVORE DECORATIVA TIPO CEREJEIRA ALT. MÍNIM. 3M com altura mínima de 3,00 metros e máxima de 3,5 metros. A estrutura é composta por galhos metálicos revestidos com material plástico e adornada por luzes em silicone que simulam flores de cerejeira. A iluminação é composta de no mínimo 1800 a 2000 LEDs fixos na cor branco quente e no mínimo 350 a 480 leds estrobo na cor branco frio, distribuídos uniformemente para proporcionar efeito decorativo harmonioso e de destaque. Destinada a uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP65), bivolt.	1	UN	6.093,33	6.093,33
3	29835067	ÁRVORE DE NATAL ILUMINADA NA COR AZUL com	2	UN	11.421,93	22.843,86

	610258	estrutura tubular metálica galvanizada, com pintura automotiva eletrostática na cor preta. Altura mínima de 5 metros. A iluminação é composta por cordões de LED de alta luminosidade na cor azul, totalizando no mínimo 5.900 lâmpadas. O sistema de fixação inclui base metálica para uso externo, com suporte adequado para ancoragem segura no solo. Equipado com cabo de alimentação de 5 metros, com plugue certificado IP65. Grau de proteção mínimo da estrutura e componentes elétricos: IP65, garantindo resistência a intempéries e condições externas adversas.				
4	29835068 610258	ÁRVORE DE NATAL ILUMINADA NA COR VERDE ALT. MÍNIM 5M com estrutura tubular metálica galvanizada e pintura automotiva eletrostática na cor preta. Altura mínima de 5 metros. A iluminação é composta por cordões de LED de alta luminosidade na cor verde, com no mínimo 5.900 lâmpadas. Sistema de fixação composto por base metálica para uso externo, com suporte para ancoragem segura no solo. Cabo de alimentação com comprimento de 5 metros, equipado com plugue certificado IP65. Grau de proteção mínimo IP65 para a estrutura e componentes elétricos, garantindo resistência a intempéries. Produto destinado ao uso externo.	2	UN	11.421,93	22.843,86
5	29835070	FESTÃO DE NATAL ARAMADO com comprimento mínimo de 2 metros, cor verde fosco, e comprimento de aproximadamente 28 cm de largura. Composto por no mínimo 240 galhos, confeccionado em PVC e arame, garantindo resistência e flexibilidade para decoração.	80	UN	55,81	4.464,80
6	29835071 610084	FLOR ESPÍRITO SANTO/NATALINA NA COR VERMELHA confeccionada em material sintético. Buquê composto por no mínimo 5 galhos/flores, com altura aproximada de 40 cm.	300	UN	29,58	8.874,00
7	29835073	RENA DE NATAL COM SELA com dimensões mínimas de 1,85 m de altura, 0,65 m de largura e 1,35 m de profundidade. A posição das patas dianteiras e traseiras proporciona a sensação de que o animal está galopando. A rena possui peitoral adornado com bolinhas em alto-relevo e uma alça de apoio na parte superior do peitoral. Nas costas, conta com estrutura que imita uma sela, adequada para que crianças possam sentar para fotos. Na cabeça, apresenta um par de chifres levemente inclinados para frente. Escultura confeccionada em fibra de vidro, recoberta com pintura em esmalte sintético automotivo semibrilho de secagem rápida, com recortes de cores feitos manualmente para maior detalhamento.	2	UN	9.424,87	18.849,74
8	29835074	TRENÓ DE NATAL com dimensões mínimas de 1,47 m de altura, 1,25 m de largura e 2,45 m de comprimento. A peça possui formato alusivo a um trenó natalino, com base totalmente adornada por arabescos em alto relevo. No seu interior, conta com assento apropriado para acomodar pessoas para fotografias. Escultura confeccionada em fibra de vidro, revestida com pintura em esmalte sintético automotivo semibrilho e secagem rápida, garantindo durabilidade e acabamento de alta qualidade.	1	UN	19.660,84	19.660,84
9	29835075	MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE 220V	3	RL	1.160,10	3.480,30

	439273	BRANCO QUENTE (metro linear) Mangueira luminosa incandescente, na cor BRANCO QUENTE, fabricada em PVC flexível extrusado transparente, com diâmetro externo de 13 mm. Contendo 36 (trinta e seis) lâmpadas incandescentes por metro linear. A mangueira permite cortes a cada 1 (um) metro, conforme marcações de fábrica, mantendo a funcionalidade dos segmentos. Para cada conjunto de 100 (cem) metros de mangueira fornecida, deverão ser entregues, obrigatoriamente, 05 (cinco) kits de conexão, compostos por: 01 rabicho com transformador, com aproximadamente 1 (um) metro de comprimento e plugue de 02 (dois) pinos; 01 soquete de encaixe; 01 tampa de vedação em silicone; 02 conectores. O produto deve ser adequado para uso externo, com resistência à umidade e intempéries. Tensão de alimentação: 220V. Potência nominal por metro linear: 16W.				
10	29835076 439272	MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE VERDE FIXO (por metro linear) Mangueira luminosa incandescente na cor VERDE (iluminação fixa), fabricada em PVC flexível extrusado transparente, com diâmetro externo de 13 mm. Contendo 36 (trinta e seis) lâmpadas incandescentes por metro linear. A mangueira permite cortes a cada 1 (um) metro, conforme indicação do fabricante, mantendo a funcionalidade elétrica e o padrão de iluminação. O produto deve ser fornecido com kits de conexão na seguinte proporção: para cada 100 (cem) metros de mangueira, devem ser entregues 05 (cinco) kits contendo: 01 rabicho com transformador, medindo aproximadamente 1 (um) metro de comprimento, com plugue de 02 (dois) pinos; 01 soquete de encaixe; 01 tampa de vedação em silicone; 02 conectores. Especificações técnicas mínimas: Cor da iluminação: Verde fixo; Quantidade de lâmpadas: 36 lâmpadas incandescentes por metro linear; Tensão de operação: 220V; Potência nominal por metro linear: 16W; Material: PVC flexível extrusado transparente; Diâmetro externo: 13 mm; Grau de proteção: Adequado para uso externo, com resistência à umidade e intempéries.	3	RL	1.160,10	3.480,30
11	29835077 439274	MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE VERMELHA FIXA Mangueira luminosa incandescente, com iluminação fixa na cor VERMELHA, fabricada em PVC flexível extrusado transparente, com diâmetro externo de 13 mm. Composta por 36 (trinta e seis) lâmpadas incandescentes por metro linear. A mangueira possui marcações específicas que permitem o corte a cada 1 (um) metro, conforme especificação do fabricante, preservando o funcionamento adequado das seções separadas. Para cada 100 (cem) metros de mangueira fornecida, devem ser incluídos 05 (cinco) kits de conexão, contendo: 01 rabicho com transformador, com aproximadamente 1 (um) metro de comprimento, equipado com plugue de 2 (dois) pinos; 01 soquete de encaixe; 01 tampa de vedação em silicone; 02 conectores. Especificações técnicas mínimas: Cor da iluminação: Vermelha (fixa); Quantidade de lâmpadas: 36 lâmpadas incandescentes por metro linear;	3	RL	1.093,83	3.281,49

		Material da mangueira: PVC flexível extrusado transparente; Diâmetro externo: 13 mm; Comprimento de corte: A cada 1 metro; Tensão de alimentação: 220V; Potência nominal por metro: 16W; Aplicação: Adequada para uso externo, com resistência à umidade e intempéries				
12	29835078 439273	MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE BRANCA FRIA FIXA (Por Metro Linear) Mangueira luminosa incandescente, com iluminação fixa na cor BRANCA FRIA, confeccionada em PVC flexível extrusado transparente, com diâmetro externo de 13 mm. Composta por 36 (trinta e seis) lâmpadas incandescentes por metro linear. Permite corte a cada 1 (um) metro, conforme marcação indicada pelo fabricante, possibilitando a separação e reaproveitamento de segmentos sem prejuízo do funcionamento elétrico. Para cada 100 (cem) metros fornecidos, deverão ser entregues 05 (cinco) kits de conexão, contendo: 01 rabicho com transformador, com aproximadamente 1 (um) metro de comprimento e plugue de 02 (dois) pinos; 01 soquete de encaixe; 01 tampa de vedação em silicone; 02 conectores. Especificações Técnicas Mínimas: Cor da iluminação: Branca fria (luz fixa); Tipo de lâmpada: Incandescente; Quantidade de lâmpadas: 36 por metro linear; Diâmetro externo da mangueira: 13 mm; Material: PVC flexível extrusado transparente; Tensão de alimentação: 220V; Potência: 16W por metro linear; Ponto de corte: A cada 1 metro; Grau de proteção: Adequado para uso externo, com resistência à umidade e intempéries.	3	RL	1.160,10	3.480,30
13	29835079 604125	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED BRANCO QUENTE para uso externo, em metro linear, confeccionada em material flexível (PVC transparente), com diâmetro aproximado de 13 mm. Composta por 2 fios e 36 LEDs por metro, na cor BRANCO QUENTE, com distribuição que garante ampla iluminação, independentemente da posição da instalação. Permite corte a cada 1 metro, conforme marcações indicativas no produto. Para cada 100 metros fornecidos, deverão ser entregues 5 kits de conexão, contendo: Cabo de alimentação com transformador, com comprimento mínimo de 1 metro; Plugue de 2 pinos; Conector compatível com a mangueira luminosa; Tampa de vedação em material flexível (ex: silicone) para garantir o fechamento adequado. Especificações técnicas: Tensão: 220 V Potência: 3 W por metro linear Uso: Externo (resistente a intempéries).	2	RL	1.101,86	2.203,72
14	29835080 604125	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED VERMELHA para uso externo, em metro linear, confeccionada em material flexível (PVC transparente), com diâmetro aproximado de 13 mm. Composta por 2 fios e 36 LEDs por metro, na cor VERMELHA, com distribuição que garante ampla iluminação, independentemente da posição da instalação. Permite corte a cada 1 metro, conforme marcações indicativas no produto. Para cada 100 metros fornecidos, deverão ser entregues 5 kits de conexão, contendo: Cabo de alimentação com transformador, com comprimento mínimo de 1 metro; Plugue de 2 pinos; Conector compatível com a	2	RL	1.101,86	2.203,72

		mangueira luminosa; Tampa de vedação em material flexível (ex: silicone) para garantir o fechamento adequado. Especificações técnicas: Tensão: 220 V, Potência: 3 W por metro linear, Uso: Externo (resistente a intempéries).				
15	29835081 604125	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED BRANCO FRIO para uso externo, em metro linear, confeccionada em material flexível (PVC transparente), com diâmetro aproximado de 13 mm. Composta por 2 fios e 36 LEDs por metro, na cor BRANCO FRIO, com distribuição que garante ampla iluminação, independentemente da posição da instalação. Permite corte a cada 1 metro, conforme marcações indicativas no produto. Para cada 100 metros fornecidos, deverão ser entregues 5 kits de conexão, contendo: Cabo de alimentação com transformador, com comprimento mínimo de 1 metro; Plugue de 2 pinos; Conector compatível com a mangueira luminosa; Tampa de vedação em material flexível (ex: silicone) para garantir o fechamento adequado. Especificações técnicas: Tensão: 220 V, Potência: 3 W por metro linear, Uso: Externo (resistente a intempéries).	2	RL	1.101,86	2.203,72
16	29835082 604125	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED VERDE para uso externo, em metro linear, confeccionada em material flexível (PVC transparente), com diâmetro aproximado de 13 mm. Composta por 2 fios e 36 LEDs por metro, na cor VERDE, com distribuição que garante ampla iluminação, independentemente da posição da instalação. Permite corte a cada 1 metro, conforme marcações indicativas no produto. Para cada 100 metros fornecidos, deverão ser entregues 5 kits de conexão, contendo: Cabo de alimentação com transformador, com comprimento mínimo de 1 metro; Plugue de 2 pinos; Conector compatível com a mangueira luminosa; Tampa de vedação em material flexível (ex: silicone) para garantir o fechamento adequado. Especificações técnicas: Tensão: 220 V, Potência: 3 W por metro linear, Uso: Externo (resistente a intempéries).	2	RL	1.101,86	2.203,72
17	29835083 624444	CORDÃO LUMINOSO COM 100 LEDS VERMELHA na cor VERMELHA, com fio na cor verde, para uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP44). Com diâmetro do fio no mínimo 2,2mm, e com no mínimo 6 filamentos de cobre. Equipado com 80 LEDs de iluminação fixa e 20 LEDs do tipo estrobo (estrobinhos), na cor branco frio. Extensão total de 10 metros, com conectores tipo macho/fêmea, permitindo a interligação de até 10 cordões em série. O cordão possui resina de proteção aplicada na base dos LEDs, garantindo maior durabilidade e resistência a intempéries. Especificações técnicas: Cor dos LEDs: Vermelho, Tipo de LEDs: 80 fixos + 20 estrobo, Fio: Verde, 2,2 mm de diâmetro, Extensão: 10 metros, Conectividade: Conectores macho/fêmea para união de até 10 cordões, Tensão de alimentação: 220 V, Potência mínima: 5 W, Grau de proteção do cordão: IP44, Grau de proteção da fonte: IP65, Tipo de fonte: Retificadora blindada, Dimensões da fonte: aproximadamente 6,2 cm x 3,3 cm x 2,5 cm. Observação: Produto indicado para uso externo, com fonte blindada resistente à poeira e umidade.	10	UN	53,16	531,60

18	29835084 624444	CORDÃO LUMINOSO COM 100 LEDS NA COR VERDE com fio na cor verde, para uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP44). Com diâmetro do fio no mínimo 2,2 mm, e com no mínimo 6 filamentos de cobre. Equipado com 80 LEDs de iluminação fixa e 20 LEDs do tipo estrobo (estrobinhos), na cor branco frio. Extensão total de 10 metros, com conectores tipo macho/fêmea, permitindo a interligação de até 10 cordões em série. O cordão possui resina de proteção aplicada na base dos LEDs, garantindo maior durabilidade e resistência a intempéries. Especificações técnicas: Cor dos LEDs: Verde, Tipo de LEDs: 80 fixos + 20 estrobo, Fio: Verde, 2,2 mm de diâmetro, Extensão: 10 metros, Conectividade: Conectores macho/fêmea para união de até 10 cordões, Tensão de alimentação: 220 V, Potência mínima: 5 W, Grau de proteção do cordão: IP44, Grau de proteção da fonte: IP65, Tipo de fonte: Retificadora blindada, Dimensões da fonte: aproximadamente 6,2 cm x 3,3 cm x 2,5 cm. Observação: Produto indicado para uso externo, com fonte blindada resistente à poeira e umidade.	10	UN	53,16	531,60
19	29835085 624444	CORDÃO LUMINOSO COM 100 LEDS NA COR BRANCO FRIO com fio na cor verde, para uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP44). Com diâmetro do fio no mínimo 2,2 mm, e com no mínimo 6 filamentos de cobre. Equipado com 80 LEDs de iluminação fixa e 20 LEDs do tipo estrobo (estrobinhos), na cor branco frio. Extensão total de 10 metros, com conectores tipo macho/fêmea, permitindo a interligação de até 10 cordões em série. O cordão possui resina de proteção aplicada na base dos LEDs, garantindo maior durabilidade e resistência a intempéries. Especificações técnicas: Cor dos LEDs: branco frio, Tipo de LEDs: 80 fixos + 20 estrobo, Fio: Verde, 2,2 mm de diâmetro, Extensão: 10 metros, Conectividade: Conectores macho/fêmea para união de até 10 cordões, Tensão de alimentação: 220 V, Potência mínima: 5 W, Grau de proteção do cordão: IP44, Grau de proteção da fonte: IP65, Tipo de fonte: Retificadora blindada, Dimensões da fonte: aproximadamente 6,2 cm x 3,3 cm x 2,5 cm. Observação: Produto indicado para uso externo, com fonte blindada resistente à poeira e umidade.	10	UN	53,16	531,60
20	29835086 624444	CORDÃO LUMINOSO COM 100 LEDS NA COR BRANCO QUENTE com fio na cor verde, para uso externo (Grau de Proteção Mínimo IP44). Com diâmetro do fio no mínimo 2,2 mm, e com no mínimo 6 filamentos de cobre. Equipado com 80 LEDs de iluminação fixa e 20 LEDs do tipo estrobo (estrobinhos), na cor branco frio. Extensão total de 10 metros, com conectores tipo macho/fêmea, permitindo a interligação de até 10 cordões em série. O cordão possui resina de proteção aplicada na base dos LEDs, garantindo maior durabilidade e resistência a intempéries. Especificações técnicas: Cor dos LEDs: branco quente, Tipo de LEDs: 80 fixos + 20 estrobo, Fio: Verde, 2,2 mm de diâmetro, Extensão: 10 metros, Conectividade: Conectores macho/fêmea para união de até 10 cordões, Tensão de alimentação: 220 V, Potência mínima: 5 W, Grau de proteção do cordão:	10	UN	53,16	531,60

		IP44, Grau de proteção da fonte: IP65, Tipo de fonte: Retificadora blindada, Dimensões da fonte: aproximadamente 6,2 cm x 3,3 cm x 2,5 cm. Observação: Produto indicado para uso externo, com fonte blindada resistente à poeira e umidade.				
21	29835087 624444	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS BRANCO MORNO na cor do fio verde, medindo no mínimo 8m de comprimento na extensão do fio com os LEDs e no mínimo 0,20m de fio até os conectores (0,10m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de até 04 conjuntos. A medida total do conjunto é de no mínimo 8,20m. Fio elétrico 2 x 0,5mm ² . Produto adequado para uso externo. Não acompanha plug, apenas rosca de interligação. Tensão de 220V. Potência do produto: 5W COR DA LUZ BRANCO MORNO	10	UN	28,72	287,20
22	29835088 624444	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS BRANCO FRIO na cor do fio verde, medindo no mínimo 8m de comprimento na extensão do fio com os LEDs e no mínimo 0,20m de fio até os conectores (0,10m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de até 04 conjuntos. A medida total do conjunto é de no mínimo 8,20m. Fio elétrico 2 x 0,5mm ² . Produto adequado para uso externo. Não acompanha plug, apenas rosca de interligação. Tensão de 220V. Potência do produto: 5W. Cor da LUZ BRANCO FRIO	10	UN	28,72	287,20
23	29835089 624444	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS VERDE na cor do fio verde, medindo no mínimo 8m de comprimento na extensão do fio com os LEDs e no mínimo 0,20m de fio até os conectores (0,10m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de até 04 conjuntos. A medida total do conjunto é de no mínimo 8,20m. Fio elétrico 2 x 0,5mm ² . Produto adequado para uso externo. Não acompanha plug, apenas rosca de interligação. Tensão de 220V. Potência do produto: 5W COR DA LUZ VERDE	10	UN	28,72	287,20
24	29835090 624444	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS VERMELHO na cor do fio verde, medindo no mínimo 8m de comprimento na extensão do fio com os LEDs e no mínimo 0,20m de fio até os conectores (0,10m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de até 04 conjuntos. A medida total do conjunto é de no mínimo 8,20m. Fio elétrico 2 x 0,5mm ² . Produto adequado para uso externo. Não acompanha plug, apenas rosca de interligação. Tensão de 220V. Potência do produto: 5W. COR DA LUZ VERMELHO	10	UN	28,72	287,20
25	29835091 624445	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS AZUL na cor do fio verde, medindo no mínimo 8m de comprimento na extensão do fio com os LEDs e no mínimo 0,20m de fio até os conectores (0,10m em cada ponta). Terminal com pinos macho e fêmea de rosca, permitindo a emenda de até 04 conjuntos. A medida total do conjunto é de no mínimo 8,20m. Fio elétrico 2 x 0,5mm ² . Produto adequado para uso externo. Não acompanha plug, apenas rosca de	10	UN	28,72	287,20

		interligação. Tensão de 220V. Potência do produto: 5W. COR DA LUZ AZUL.				
TOTAL						129.730,10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A previsão orçamentária para a decoração das celebrações do Natal Iluminado não foi contemplada inicialmente no PAC (Plano de Ação Orçamentária), uma vez que a demanda por esses serviços estava originalmente sob a responsabilidade de outra secretaria. Contudo, considerando a importância do projeto para o município e a necessidade de ajustes e complementação dos elementos decorativos, torna-se necessário adequar a previsão orçamentária para atender às necessidades atuais, garantindo a continuidade e o sucesso das festividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Atenta aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal estabelece como requisito que a empresa contratada se comprometa formalmente, por meio de declaração assinada, a adotar práticas que contribuam para o desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

4.2.1 As medidas e critérios a serem observados incluem:

4.2.1.1. Preferência por produtos com baixo impacto ambiental, ao longo de seu ciclo de vida;

4.2.1.2. Prevenção e gestão adequada de resíduos sólidos, priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.2.1.3. Utilização de produtos reciclados e recicláveis, e preferência por bens, serviços e obras que sigam padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

4.2.1.4. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e passíveis de atualização ou melhoria, prolongando sua vida útil;

4.2.1.5. Adoção gradativa de soluções mais sustentáveis, com metas progressivas de aquisição, respeitando a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

4.2.1.6. Decisões de consumo fundamentadas em critérios racionais, levando em conta a real necessidade, oportunidade e economicidade dos bens a serem adquiridos;

4.2.1.7. Observância às normas técnicas da ABNT, garantindo requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais fornecidos;

4.2.1.8. Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos vigentes, expedidos pelo CONMETRO/Inmetro, assegurando aspectos relacionados à saúde, segurança, meio ambiente, proteção ao consumidor e concorrência leal (Lei nº 9.933/1999).

4.3. Além disso, os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, utilizando material reciclável, com o menor volume possível, de modo a garantir proteção durante o transporte e armazenamento, minimizando o impacto ambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.5. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

Da exigência de amostra

4.6. Não é necessário apresentação de amostras para essa contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.7. Não será exigido carta de solidariedade para esta contratação.

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.10. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.10.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.10.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.10.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.11. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

4.11.1 Fica concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da data da solicitação, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 520, Centro, Município de Dois Vizinhos/PR.

Requisitos gerais para todos os itens

- 5.4. Poderão participar pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências de habilitação, e que exerçam atividades compatíveis com o objeto da contratação. Será obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normas legais previstas no Edital, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.
- 5.5. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas e custos, diretos ou indiretos relacionados com o fornecimento do objeto, como transportes, fretes, seguros, dentre outros.
- 5.6. As propostas serão criteriosamente selecionadas com base na idoneidade do fornecedor, qualidade, experiência na prestação dos referidos serviços, possibilidade de atendimento de urgência e menor custo.
- 5.7. Todos os equipamentos devem ser novos, originais de fábrica e sem uso anterior;
- 5.8. Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante, com manual técnico (quando aplicável) e demais documentações exigidas;
- 5.9. Poderá ser solicitado a apresentação de catálogo técnico, manual técnico ou ficha técnica oficial do fabricante, contendo todas as especificações do produto ofertado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 6.17.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias
- 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. O valor a pagar; e

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.39.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.39.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.39.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/8/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será em remessa única.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 214.444,19 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- II) Unidade: 002 Departamento de Cultura;
- III) Projeto ou Atividade: 13.392.0013.2040 Atividades do Depto de Cultura;
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo;
- V) Fonte de Recurso: 03560 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)
03560 E A 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 28 de agosto de 2025.

Leda Maria Ferrari
Gestora da Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Decreto N.º 20806/2024